

Direito à cidade em tempos de pandemia: crises, urgências, emergências e o futuro das cidades latino-americanas

Marcel Fantin y Natalia Mayumi Bernardino Tamanaka *

Ao longo da história, Bonduki (2021) lembra que as cidades têm se configurado como o lócus das aglomerações humanas e, também, das grandes epidemias. Essas epidemias sempre se caracterizaram como eventos disruptivos, carregados de tensões e impulsionadores de transformações. No século 14, por exemplo, a peste negra dizimou cerca de um terço da população europeia, interrompendo assim o renascimento da Baixa Idade Média. Já as pandemias do século 19, impulsionadas pela intensa urbanização provocada pela revolução industrial e pelas péssimas condições sanitárias das cidades, foram eventos decisivos para estabelecer a regulação urbanística e a habitação social. Como no passado, o urbanista Nabil Bonduki pondera que tudo indica que o mesmo ocorrerá com a pandemia do COVID-19 e, portanto, identificar e estudar esse fenômeno, buscando uma interpretação abrangente, é central para o enfrentamento das novas questões que estão surgindo (BONDUKI, 2021).

É a partir desse argumento que a proposta de um dossier intitulado “Direito à cidade em tempos de pandemia: crises, urgências, emergências e o futuro das cidades latino-americanas” busca promover um diálogo multidimensional sobre o agravamento e as consequências provocadas pela pandemia de COVID 19 em função de aspectos comuns e singulares das nossas cidades e, também, contribuir para uma reflexão sobre os caminhos e respostas, além das lógica mercantil, para cidades mais acessíveis, equitativas e justas face às implicâncias e desafios deste contexto histórico.

Em diferentes escalas e distintas realidades, desde o primeiro caso confirmado de COVID19 na América Latina, em fevereiro de 2020, até o presente momento, quando já contamos com 65,6 milhões de casos confirmados (STATISTA, 2022), as cidades latino-americanas estão sendo profundamente impactadas pelo estado de emergência e calamidade imposto por essa pandemia que está realçando e redefinindo as fronteiras da histórica desigualdade de nossas cidades, já marcadas pela segregação socioespacial e pelo acesso assimétrico à infraestrutura urbana e aos serviços públicos essenciais.

Tal fato ganha especial relevância se considerarmos a combinação entre as características demográficas e a maximização, provocada pela pandemia, da já obscena e histórica desigualdade social existente nessa porção do planeta.

A América Latina e o Caribe ainda são a região com o maior índice de desigualdade do mundo, e um índice de Gini médio que supera a Europa e Ásia Central em quase um terço (CEPAL, 2018). Durante a pandemia, enquanto as elites latino-americanas ampliaram seu patrimônio em 48,2 bilhões de dólares, crescimento de 17%, a recessão econômica lançou 52 milhões de pessoas na linha da pobreza e incrementou em 40 milhões o número de pessoas desempregadas (OXFAM, 2020).

Outra característica importante da América Latina é que esse é um território profundamente urbanizado (80% da população latinoamericana vive em zonas urbanas e 56 cidades da região possuem mais de 1 milhão de habitantes, onde vivem uma de cada três latinoamericanos) e esse tem sido um fator agravante para o avanço dos contágios, pois as cidades são o marco zero da pandemia global, onde aconteceram 90% dos contágios (ONU, 2020; CEPAL, 2012).

Considerando esse contexto e a afirmação elementar de que as cidades são a projeção da sociedade no espaço (CASTELLS, 2000), onde o espaço é moldado, apropriado e transformado no âmbito da apropriação diferenciada do produto do trabalho, é que podemos compreender a pandemia não como a causa, mas a partir do que Rolnik (2021) chama de elemento de exacerbação da crise e das desigualdades existentes em nossas cidades, uma vez que o contexto pandêmico catalisou e acelerou processos associados ao tema da urbanização.

Em geral, na América Latina, os países apostaram em um conjunto intervenções sanitárias, econômicas e sociais para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, mas a evolução do cenário pandêmico somado às limitações estruturais e conjunturais de nossas cidades (precariedades habitacional, sanitária, de mobilidade urbana e laboral) facilitaram sobremaneira a circulação do vírus e cobraram um preço alto em vidas humanas, mais de 1.600.000 mortes (REUTERS, 2022) com forte recorte de classe, gênero e raça.

Ao mesmo tempo, o cenário pandêmico colocou no centro do debate a qualidade da infraestrutura pública urbana e dos serviços públicos essenciais no horizonte dos direitos, temas antes minimizados e invisibilizados no debate cotidiano após décadas de hegemonia cultural neoliberal materializadas em políticas de empresariamento e mercantilização das cidades.

É a partir desse horizonte que Rolnik (2021) assenta a necessidade de construirmos um debate sobre o mundo urbano pós pandêmico visando a reconstrução das cidades em novas bases e considerando que há grandes diferenças entre pensar nesse futuro a partir de quem ficou em casa, na praia ou no interior ou de quem se manteve trabalhando presencialmente, circulando pelo espaço público e reinventando os modos de sobreviver diante da precarização das condições de vida.

Consideramos a dimensão do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) como um elemento articulador, eixo conceitual e estruturante das discussões que este dossier propõe, os artigos a seguir trazem olhares que permitem iluminar um diálogo para articularmos criticamente as lógicas, práticas, singularidades e tendências associadas

à expansão da pandemia de COVID-19 sobre as cidades latino-americanas.

Renata Maria Pinto Moreira, em seu artigo “Governança de riscos em construção: acompanhamento, impacto e enfrentamento da COVID-19 em São Paulo”, problematiza uma experiência de pesquisa e extensão para o enfrentamento da COVID-19 na cidade de São Paulo. A partir de mapeamentos preditivos e ações de mobilização social e organização popular, o trabalho foi desenvolvido a partir de quatro dimensões principais: 1. acompanhamento sistemático de casos e óbitos por distrito; 2. identificação de áreas mais impactadas na cidade; 3. busca de experiências de ação institucional e popular e 4. enfrentamento e construção de canais de divulgação.

O trabalho de mapeamento e mobilização permitiu construir um olhar de antecipação dos impactos da pandemia de forma a identificar locais potencialmente mais expostos ao contágio e orientar tanto lideranças populares como a ação pública para o direcionamento de ações preventivas.

O grande valor do método proposto foi trazer a dimensão das desigualdades territoriais para pensar e planejar as ações de combate à pandemia de forma a definir estratégias focalizadas e adequadas a essas distintas realidades que se materializam no espaço. Isso permitiu reconhecer as precariedades e suas relações com o agravamento dos riscos de contágio e disseminação do COVID-19. A abordagem territorial desenvolvida também se mostrou uma ferramenta potente para subsidiar a integração dos distintos campos disciplinares, de forma a superar o olhar fragmentado da ação pública na gestão de crises e governança de riscos, uma vez que o território é sempre um elemento comum.

Já o artigo “Mobilizar utopias e “paraquedas coloridos”: imaginários no contexto pandêmico”, desenvolvido por Helena Tuler Creston, Gabriela Minuci França, Isabella Lá-Badie de Abreu, Marcella Oliveira Quintino dos Santos e Marina de Oliveira Carvalho, traz um relato de um exercício propositivo realizado com estudantes de arquitetura e urbanismos. Para tanto, as autoras realizaram paralelos entre o higienismo do séc. XIX, as “utopias urbanas” do contexto internacional e nacional e o atual momento da pandemia de COVID-19.

O primeiro eixo estruturador do trabalho desenvolvido foi uma abordagem do processo histórico de urbanização no Brasil a partir do final do século XIX. Foi apresentado um panorama contextual e relacional do processo de industrialização-urbanização brasileiro. São evidenciados como as demandas da cidade neste período, em especial a questão da higiene pública, alteraram-se, resultando na emergência de intervenções urbanísticas e da instalação de novos equipamentos e serviços urbanos que procuravam transformar a configuração da vida na cidade. As autoras também trabalham a questão das desigualdades sociais e de seus reflexos sobre o espaço urbano, com especial atenção para o tema da habitação. Na sequência, as autoras apresentam as utopias urbanísticas que emergiram frente às questões da insalubridade habitacional, dos conflitos sociais-urbanos e da devastação ambiental, assim como as novas perspectivas e reflexões sobre o espaço urbano que emergiram no âmbito da luta social pelo Direito à Cidade.

Após um quadro panorâmico sobre o desenrolar da pandemia no Brasil, as autoras invocam a ideia de utopia para o esboço de devires possíveis através de um

exercício acadêmico de mobilização do imaginário dos alunos para a projeção de devires. As propostas apresentadas buscaram defender a ideia de utopia a partir de três caminhos: utopia como crítica, utopia como questão social e utopia como necessidade, sendo que as mesmas abordaram propostas projetuais, programas de necessidades e programas de governo.

Como resultado, os discentes foram tensionados a repensar nossas cidades, espacialidades e modos de vida através da utopia, entendida não apenas a idealização, mas também como o fazer de outra maneira. Foi explorada a potência da utopia de mobilizar os imaginários para repensar o futuro através da realidade presente.

Já o artigo “Representaciones de ciudad en medios de prensa. Una lectura desde el derecho a la ciudad”, desenvolvido por María Laura Canestraro, Micaela Florencia Comesaña, Federico Agustín Oriolani e Florencia Lucía Bertolotti, traz reflexões sobre como os meios de comunicação construíram representações da cidade durante a pandemia e de como abordaram o impacto nas periferias urbanas a partir do caso da cidade de Mar del Plata. Para isso foram levantadas reportagens da imprensa local, em especial os jornais La Capital y Qué digital, entre março e dezembro de 2020.

A partir do conceito de imaginação geográfica de David Harvey (2007) aplicado a pandemia nas áreas periféricas, as autoras revelaram, analisaram e sistematizaram as notícias publicadas por ambos os jornais a partir de três eixos: 1. primeiros meses da pandemia, a pandemia como novidade (03/3/2020 a 20/4/2020); 2. cotidianidade da pandemia (abril a dezembro de 2020); 3. eventos localmente “relevantes”, a começar pelo “caso o” da cidade.

Como resultado, as autoras identificaram que a pandemia reforçou tendências de segregação sociourbana preexistentes e condensou novas tensões a partir das formas que se construíram as representações de cidade e de periferia nas matérias publicadas e linhas editoriais. É que isso traz uma concepção maleável de direito à cidade, considerando o seu significado original e os sujeitos que a envolve. Foram exploradas as relações entre direito à moradia, ao trabalho, ao transporte público, assim como as questões da mobilidade urbana e do transporte público.

Foram exploradas as temporalidades da pandemia e como elas legitimaram representações, construíram fronteiras, restringiram o uso e apropriação do espaço, contrariando os princípios e práticas relacionados ao direito à cidade. Vale mencionar com especial atenção a atribuição do papel de bom cidadão à todos aqueles que podiam ficar em casa em função da possibilidade do trabalho remoto, da disponibilidade dos meios técnicos-digitais para esse trabalho e das condições adequadas de moradia, sendo estes os moradores do centro. Em contraponto, as notícias abordavam também a periferia incivilizada, desconsiderando que seus moradores necessitavam desrespeitar as medidas de prevenção definidas pelo Estado em função da impossibilidade do trabalho remoto e da luta cotidiana pela sobrevivência. A seção Investigaciones en borrador, escrita por um grupo de jovens arquitetos e urbanistas engajados com a prática de assessoria técnica popular para comunidades e favelas na cidade de São Paulo - SP, Brasil. O trabalho trata dos dois levantamentos socio-demográficos feitos na ocupação Jardim da União, localizada na periferia do muni-

cípio de São Paulo, nos anos de 2019 e 2021 e pontua os dois contextos diferentes em que os levantamentos nesses momentos específicos enfrentaram. No primeiro caso, um grupo grande de arquitetos fez um levantamento como parte integrante do curso de extensão realizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e encontrou um espaço que lutava contra ameaças jurídicas de remoção. Nesse sentido, o primeiro levantamento é orientado para contribuir na defesa desse processo, sobretudo. No segundo momento, a associação de moradores da área contatou um grupo menor de arquitetos, que participou do primeiro levantamento, para constituir uma nova coleta de dados, dessa vez para contribuir na continuidade do processo de regularização que é vislumbrado pelos moradores.

O texto caminha a partir da construção breve do contexto histórico no qual são formadas as periferias urbanas brasileiras, com enfoque em São Paulo, a história da ocupação Jardim da União e como ela se insere na disputa pela terra na Zona Sul de São Paulo. Após a introdução desses temas, o método que predomina no texto se constitui pela comparação entre os dois momentos de levantamento, com enfoque no segundo, que é o atual, articulando conhecimentos construídos pelos arquitetos nas experiências anteriores com os desafios e contratempos que ocorreram na prática no campo. Nesse sentido, o trabalho contribuiu, a partir do último levantamento, para a compreensão de um cadastro feito com pouca mão de obra, num contexto pandêmico e de urgência por parte do movimento.

Por fim a seção *Otras texturas*, traz a experiência de uma comunidade localizada no interior do estado de São Paulo - Brasil. Comunidade histórica que continuou sendo ameaçada de remoção mesmo durante a pandemia da covid-19. Nesta seção é possível observar através de fotografias e transcrição da fala de uma moradora em um momento combativo, as dificuldades enfrentadas pelos moradores que residem em área de risco, mas que são ameaçados de remoção mediante a justificativa de área de risco.

No momento em que finalizamos esta edição da revista, de acordo com o site *Our World in Data*, 64% da população mundial já recebeu ao menos uma dose de vacina contra a covid-19². Algumas cidades já suspenderam decretos que obrigavam o uso de máscaras em locais abertos e fechados. Observa-se em todo o mundo uma retomada dos espaços que ficaram por muito tempo operando de forma atípica. Um sentimento de esperança parece varrer o mundo novamente e muito se especula sobre os aprendizados do pós pandemia.

Persistem ainda dúvidas sobre quais mudanças as relações sociais vão sofrer, como a relação das pessoas com os espaços públicos vai ser alterada e quais os ensinamentos foram colhidos da pandemia. É necessário, nesse processo, que não se perca de vista a criticidade no olhar ao analisarmos os últimos dois anos, ao observarmos as situações de vulnerabilidade e pobreza que a pandemia agravou.

Redes de solidariedade foram constituídas em muitos locais ao redor do globo para dar suporte aos mais vulneráveis, afinal o aparente simples gesto de manter bons hábitos de higiene foi inacessível para muitos, manter ventilação da habitação não era uma possibilidade e fazer isolamento do doente em habitações de apenas um cômodo, compartilhado por uma família inteira ou mais, estava longe do horizonte.

Obedecer as palavras de ordem como “Fique em casa”, escancarou ao mundo a realidade de milhões de trabalhadores informais desassistidos por qualquer direito trabalhista ou política pública que possibilitasse tal feito, afinal observa-se na América Latina uma predominância das políticas flexibilizadoras do mercado de trabalho que são utilizadas como estratégias de inserção no mercado mundial que continua a utilizar este fator como um recurso privilegiado (JARAMILLO, 2008).

O momento agora, parece oportuno para reocupar os espaços e disputar as narrativas sobre o momento histórico que ainda estamos vivendo e principalmente para debater publicamente questões de desigualdade social e ambiental e repensar as ações do Estado ou a sua ausência.

* Marcel Fantin é Professor doutor no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (curso de graduação e no PPGAU-IAU). Membro dos grupos de pesquisa YBY - Grupo de Estudos Fundiários, Políticas Públicas e Produção do Espaço e da Paisagem e LEAUC - Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo. Possui graduação em Direito, mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (2005) e Doutorado em Geociências (subárea Política e Gestão de Recursos Naturais) pela Universidade Estadual de Campinas (2011) com PhD Sanduíche pelo Département de génie des mines et de la métallurgie da Université Laval (2010). Professor visitante, em 2022, na Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina, pelo programa PRINT CAPES USP 2022 (Convênio e rede internacional de investigação sobre Trabalho e Território no Cone Sul). É também membro da rede de pesquisa ibero-americana RUNCYTED - Ciência Cidadã, Universidade Lusófona de Lisboa. Correio: mfantin@sc.usp.br

* Natalia Mayumi Bernardino Tamanaka é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), bolsista CAPES, na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, desenvolvendo a pesquisa “Três vezes informal: terra, trabalho e teto”, sob orientação do Professor Dr. Marcel Fantin, financiada pela CAPES (2020-2022). Pesquisadora do YBY - Grupo de Estudos Fundiários, Políticas Urbanas, Produção do Espaço e da Paisagem. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (2018), onde participou como bolsista CNPQ do projeto de pesquisa “Análise da Caminhabilidade em Áreas Residenciais” atuando no subprojeto de pesquisa intitulado: “Aplicação do instrumento NEWS (Neighborhood Environment Walkability Scale) na cidade de Cambé - PR., 2016.” sob orientação da Prof. Dr. Milena Kanashiro. Participou como bolsista Fundação Araucária do projeto de extensão intitulado “OCAS: Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo”, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Zani. Correio: natalia.tamanaka@usp.br

Notas

¹ A cidade de São Paulo é subdividida em 32 Subprefeituras delimitadas geograficamente como distritos. <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=250449>>.

² Our World in Data. Coronavirus (Covid-19) vaccinations. Disponível em <https://our-worldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL>

Referencias bibliográficas

BONDUKI, Nabil. Os impactos da pandemia no futuro das cidades. Da revalorização das moradias à segregação. Minha Cidade, São Paulo, ano 21, n. 249.05, Vitruvius, abr. 2021. <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/21.249/8068>>.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CEPAL (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE). Población, territorio y desarrollo sostenible. 2012. <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/22425/1/S2012034_es.pdf>.

CEPAL (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE). Relatório Panorama Social da América Latina 2018, Organização das Nações Unidas, Santiago do Chile, 2018. <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44412-panorama-social-america-latina-2018-documento-informativo>>.

INSTITUTO POLIS. o que é direito à cidade? resgate histórico. <<https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>>.

JARAMILLO, S.G. Hacia una teoría de la renta del suelo urbano. Segunda edición revisada y aumentada. Ediciones Uniandes, Bogotá, 2008.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

REUTERS. COVID-19 TRACKER América Latina y el Caribe. 2022. <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/es/regions/latin-america-and-the-caribbean/>

ROLNIK, R. A cidade pós pandemia: entre futuro excludente e a reinvenção do presente, São Paulo, 2021, Labcidade, <<http://www.labcidade.fau.usp.br/a-cidade-pos-pandemia-entre-futuro-excludente-e-reinvencao-do-presente/>>.

OXFAM. ¿Quién paga la cuenta? Gravar la riqueza para enfrentar la crisis de la COVID-19 en América Latina y el Caribe, Julio 2020, Oxfam Internacional. <<https://dds.cepal.org/redesoc/publicacion?id=5384>>

STATISTA. Global Data Platform. Número de casos confirmados de coronavirus (COVID-19) en América Latina y el Caribe al 2 de marzo de 2022. Coronavirus, STATISTA, mar. 2022. <<https://es.statista.com/estadisticas/1105121/numero-casos-covid-19-america-latina-caribe-pais/>>.

ONU (Organización das Nações Unidas). Policy Brief: COVID-19 in an Urban World, Julio 2020, <<https://www.ipsnews.net/Library/2020/07/SG-Policy-brief-COVID-Urban-World-July-2020.pdf>>.